



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**PRÊMIO ANEFAC - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
TRANSPARENTES. ANÁLISE DAS EMPRESAS VENCEDORAS ENTRE OS
ANOS DE 2010 A 2015 E A CRISE ECONÔMICA.**

Kássia Cristiana Ferreira da Silva

Cuiabá-MT

2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**PRÊMIO ANEFAC - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
TRANSPARÊNTES. ANÁLISE DAS EMPRESAS VENCEDORAS ENTRE OS
ANOS DE 2010 A 2015 E A CRISE ECONÔMICA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito obrigatório para obtenção do título de Especialista em Auditoria e Controladoria Empresarial, pela UFMT - FAeCC, sob a orientação da Professora Ms. Edjeide Fernandes Freitas.

Kássia Cristiana Ferreira da Silva

Cuiabá-MT
Fevereiro/2017

Kássia Cristiana Ferreira da Silva

**PRÊMIO ANEFAC - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
TRANSPARÊNTES. ANÁLISE DAS EMPRESAS VENCEDORAS ENTRE OS
ANOS DE 2010 A 2015 E A CRISE ECONÔMICA.**

Trabalho de Conclusão de curso submetido à Banca Examinadora e julgada adequada para a concessão do Grau de **ESPECIALISTA EM AUDITORIA E CONTROLADORIA EMPRESARIAL.**

a. Nota Obtida: _____

Mestre Edjeide Freitas
Prof. Orientadora e Presidente da Banca

Título e Nome
Prof. Examinador

Sumário

RESUMO	5
ABSTRACT	6
1 INTRODUÇÃO.....	7
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
2. 1 Prêmio ANEFAC	9
2. 2 Demonstrações Contábeis.....	10
2.2.1 Balanço Patrimonial	11
2.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício.....	12
2. 2.3 Demonstração do Resultado Abrangente.....	13
2.2.4 Demonstração do Fluxo de Caixa.....	14
2.2.5 Demonstração do Valor Adicionado	15
2.2.6 Notas Explicativas	17
2.3 Empresas.....	18
2.3.1 Eletropaulo	18
2.3.2 Sabesp.....	19
2.3.3 Cemig	20
2.3.4 Usiminas	20
2.3.5 Gerdau	21
2.3.6 Vale	22
2.4 Crise Econômica Financeira 2015.....	23
2.4.1 Taxa de Desemprego.....	23
2.4.2 Taxa de Inflação.....	24
2.4.3 Taxa de Juros	25
2.4.4 Crise Política	26
2.4.5 Saída de Capitais	26
2.4.6 PIB.....	27
2.4.7 Renda dos Empregados	28
2.4.8 Formação Bruta de Capital Fixo.....	29
3 METODOLOGIA.....	30
3.1 A APLICAÇÃO DO MÉTODO	31
3.1.1 Resultado Eletropaulo.....	32
3.1.2 Resultado Sabesp.....	32
3.1.3 Resultado Cemig	33
3.1.4 Resultado Usiminas	34
3.1.5 Resultado Gerdau	35
3.1.6 Resultado Vale	36
4. DISCUSSÕES DOS RESULTADOS	36
5. REFERENCIAS	39

RESUMO

O ano de 2014 já demonstrava que os próximos anos do Brasil seriam de recessão e diversas crises, em 2015 foi apenas a confirmação de algo que já era esperado. Diante disso, buscou-se neste estudo observar o comportamento de algumas das maiores companhias brasileiras. Para ter um parâmetro de busca destas companhias, utilizou-se o Troféu Transparência da ANEFAC. O prêmio ANEFAC, é dado para empresas que melhor divulgam os seus resultados, para isso, uma comissão avaliadora composta de nomes renomados da contabilidade avalia as demonstrações financeiras/contábeis destas instituições. Não há inscrição para o prêmio, com base nas categorias são avaliadas as demonstrações divulgadas para população. Escolheu-se analisar as empresas que faturam acima de R\$ 5 bilhões ao ano. Verificou-se as ganhadoras nessa categoria do ano de 2010 a 2015 para obter uma base do comportamento destas e observar se foram ganhadoras no ano de 2016. No estudo observa-se que de 2010 a 2015 sempre havia presença de seis companhias: SABESP, GERDAU, VALE, USIMINAS, ELETROPAULO e CEMIG. Para analisar o comportamento dessas empresas foram considerados os critérios utilizados pela comissão de avaliação que são: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas. Foi verificado também o relatório dos Auditores Independentes e o Relatório da Administração. O Troféu Transparência da ANEFAC não leva em consideração fatores externos para dar o prêmio, porém, observamos que das empresas do estudo apenas a SABESP e a VALE foram ganhadoras do prêmio no ano de 2016. Acredita-se que a crise política e econômica influenciaram no resultado das companhias o que impactou na produção final das Demonstrações Financeiras. O resultado alcançado confirma a hipótese inicial, onde verifica se os fatores externos impactaram nas demonstrações que não refletiu da forma esperada seus resultados. Este estudo contribuiu com uma visão geral das consequências ocasionadas pela crise econômica e política nas empresas brasileiras.

Palavras Chaves: Demonstrações Financeiras, Crise Econômica Política, ANEFAC.

ABSTRACT

The year 2014 have demonstrated that the coming years would be Brazil's recession and various crises, in 2015 was just confirmation of something that was expected. Therefore, in this study we sought to observe the behavior of some of the largest Brazilian companies. To have a search parameter of these companies, the ANEFAC transparency Trophy. The ANEFAC award, is given to companies that better disseminate their results, to this end, an evaluation committee composed of well-known names in accounting assess the financial statements/financial statements of these institutions. There is no registration for the award, based on categories are evaluated disclosed statements for population. Chose to analyze the companies with a total turnover of over \$5 billion a year. It turned out the winner in this category for the year of 2010 to 2015 to obtain a base of the behaviour of these and observe if they were winners in the year 2016. The study shows that in 2010 to 2015 there was always the presence of six companies: SABESP, GERDAU, USIMINAS, VALE, ELETROPAULO and CEMIG. To analyze the behavior of these companies were considered the criteria used by the Evaluation Committee are: Balance sheet, statement of income, statement of income, Comprehensive, Statement of cash flow, value added statement, explanatory notes. It was verified the report of the independent auditors and the management report. The ANEFAC transparency Trophy does not take into consideration external factors to take the prize, however, we note that companies in the study only SABESP and the VALE were winners of the award in the year 2016. It is believed that the political and economic crisis influenced the outcome of the companies that has impacted on the final production of the financial statements. The obtained result confirms the initial hypothesis, where it verifies if the external factors impacted in the statements that did not reflect the expected form of its results. This study contributed with an overview of the consequences caused by the economic and political crisis in Brazilian companies.

Key Words: Financial Statements, Economic Policy Crisis, ANEFAC.

1 INTRODUÇÃO

Antes das eleições presidenciais ocorridas no ano de 2014, já era possível visualizar um cenário de instabilidade e inconsistência econômica, financeira e política. O ano de 2015 teve início com fechamento de indústrias ou diminuição em sua capacidade de produção e conseqüentemente diversas demissões. O governo busca políticas para diminuir os impactos desse cenário e ao mesmo tempo tentando recompor sua postura política. Dificilmente uma crise política vem sozinha, sempre vem acompanhada de uma crise econômica. Um dos motivos dessa crise é o desequilíbrio das contas públicas, o governo gastou mais do que arrecadou. A consequência disso reflete para população com aumentos na conta de luz, combustíveis, alimentos. Para poder reequilibrar essas contas o governo propôs o chamado ajuste fiscal, que pretende cortar gastos e aumentar a contribuição, onde melhora a relação com a classe empresarial, mas, não agradando a população, que sofre com corte de gasto em programas sociais e na educação, como exemplo.

Observando essa situação, busca-se com esse estudo verificar o comportamento de grandes companhias brasileiras, para tal, examinou-se o histórico do Troféu Transparência da ANEFAC, e analisou-se as empresas que sempre ganharam o prêmio entre os anos de 2010 a 2016 para retratá-las. Para composição buscou-se também delimitar este estudo com as empresas que faturam acima de R\$ 5 bilhões. Em nossa pesquisa, observa-se que 5 das 6 empresas objeto de estudo eram estatais, sendo a Eletropaulo e Cemig companhias elétricas, a Sabesp uma companhia de saneamento, Vale no ramo de mineração, a siderúrgica Usiminas. Faz parte também do campo de estudo a siderúrgica Gerdau.

Para verificar o comportamento das companhias analisadas, observa se ganharam o prêmio no ano de 2016, que tem como base as demonstrações apresentadas no ano de 2015. O prêmio não levar em consideração fatores extracontábil, como por exemplo, a crise política, mas, como diante desse cenário, em que o mercado se apresenta cada vez mais conservador, onde as instituições bancárias, aumenta o rigor para disponibilizar recursos, as companhias podem não ter conseguido os recursos necessários para manutenção de suas operações, e não conseguirem atingir os resultados desejados. Diante disso, surge o questionamento deste estudo: **Quais os impactos causados devido a crise política econômica do ano de 2015, refletiu sobre as ganhadoras recorrentes do prêmio ANEFAC que tenham receita bruta acima de R\$5 milhões?**

Neste estudo tem-se como objetivo geral analisar como a crise econômica financeira refletiu nas vencedoras recorrentes do ano de 2010 a 2015 com receita líquida acima de R\$ 5 milhões, do

prêmio ANEFAC de demonstrações transparentes (Eletropaulo, SABESP, CEMIG, GERDAU USIMINAS e Vale).

Para melhor entender a dinâmica traçou-se como objetivos específicos deste estudo: (a) apontar quem continuou como vencedor no ano de 2016; (b) verificar quais fatores contribuíram para as que não foram premiadas, perderem o posto de ganhadoras recorrentes; (c) demonstrar os fatores determinantes que contribuíram para sobressair diante ao cenário atual.

A hipótese para este trabalho científico é que com o cenário atual, nem todas as empresas foram ganhadoras do prêmio no ano de 2016, e um dos fatores é não ter obtido subsídios suficientes do governo, dificuldades de captação de recursos no mercado, o que ocasionou a queda na receita. As empresas que eram estatais ainda têm o governo como acionista o que pode ter impactado em seu resultado. Observa-se também que as empresas do estudo dependem de recursos naturais e o ano de 2015 foi marcado por catástrofes naturais. São determinantes para queda no faturamento destas companhias, pois tais acontecimentos impactaram diretamente em seus resultados.

A seguir far-se-á apresentação dos ritos do prêmio ANEFAC, demonstrativos utilizados e as empresas participantes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Prêmio ANEFAC

Este prêmio foi criado no ano de 1997, pela parceria da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade – ANEFAC, em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisa Contábeis Atuariais e Financeira – FIPECAFI e SERASA Experian tendo como objetivo reconhecer publicamente as companhias que possuem mais clareza na divulgação das suas demonstrações financeiras.

Com 20 anos de história, o troféu transparência já premiou diversas companhias nos setores de Serviços, Indústria e Comércio, que se destacaram pela qualidade da apresentação de suas informações contábeis. Não há inscrições para concorrer ao prêmio, todas as Sociedades Anônimas de Capital aberto ou não, sediadas em território nacional, que publicam suas demonstrações financeiras com atuação nos setores de Indústria, Comércio e Serviços são candidatas ao recebimento do prêmio.

O foco do prêmio é verificar a transparência e a clareza das informações prestadas pelas companhias ao mercado, que gerem valor agregado ao negócio e não leva em consideração o resultado econômico – financeiro da companhia, não sendo este um fator para interferir no processo de seleção. Além da transparência e clareza das informações, a comissão julgadora avalia outros itens para recebimento do prêmio: Clareza no relatório da Administração com as informações divulgadas; não apresentar modificações (ressalvas) no relatório dos auditores independentes; avaliam a clareza, concisão e legibilidade do *layout* apresentado; observam informações que não são exigidas legalmente, porém, aumenta o grau de confiabilidade das informações apresentadas tais como: balanço social e ambiental, EBITDA e etc.

São selecionados 25 vencedores que serão divididas em três categorias: Companhias com Receita Líquida acima de R\$ 5 milhões (10 vencedoras), Companhias com Receita Líquida até 5 milhões (10 vencedoras), Companhias do Setor de Energia (5 vencedoras). Em nosso estudo, verificamos as companhias vencedoras com Receita Líquida acima de R\$ 5 milhões, que ganharam o prêmio consecutivamente entre os anos de 2010 a 2015, observando se as mesmas ganharam o prêmio no ano de 2016, e caso não tenham recebido o prêmio neste ano, observar os fatores que acarretaram essas companhias a não receberem o prêmio.

A comissão julgadora é formada por contadores renomados brasileiros: Ariovaldo dos Santos, Eliseu Martins, Nelson Carvalho, José Ronoel Piccin e Sérgio Iudicibus. Na primeira fase de avaliação do prêmio os estudantes dos programas de mestrado e doutorado em Controladoria e

Contabilidade da FEA/USP, verificam as demonstrações financeiras, observante se atende os quesitos de transparência. Esses alunos sob supervisão de seus orientadores compostos pelos contadores citados acima, indicam as Companhias que atendem os pré-requisitos do prêmio, justificando a suas escolhas, assim como argumentam sobre as quais serão eliminadas do prêmio. Esse processo ocorre em diversas etapas até chegar as Companhias indicadas como candidatas vencedoras do prêmio Troféu transparência.

A conquista deste prêmio é o mais alto grau de reconhecimento da qualidade da demonstração financeira da Companhia, sendo estratégico para o negócio. É um incentivo para as empresas melhorarem a qualidade da apresentação de suas demonstrações, conseqüentemente o usuário da informação toma a decisão mais adequada com os resultados apresentados de forma límpida, com a garantia da assertividade nas análises da Companhia, com conseqüente adequada classificação de risco, uma vez que reflete suas reais posições patrimoniais.

2. 2 Demonstrações Contábeis

O prêmio ANEFAC leva em consideração a transparência das demonstrações contábeis para entrega de seu prêmio. Conforme determina a lei das Sociedades Anônimas (6.404/76) em seu artigo 176:

Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício: I – Balanço Patrimonial, II – Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, III – Demonstração do Resultado do Exercício, IV – Demonstração do Fluxo de Caixa; e V – Demonstração do Valor adicionado.

A lei prevê também que as Companhias de capital aberto divulguem as notas explicativas, assim como o relatório do auditor independente e que sejam publicadas em jornais de grande circulação. Para base do prêmio, a equipe julgadora do Troféu Transparência ANEFAC analisa também o relatório da administração, informações comparativas e a Demonstração do Resultado Abrangente. Para melhor entendimento deste estudo, discorreremos brevemente sobre as demonstrações financeiras analisadas pela equipe julgadora.

2.2.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial para fins didáticos é realizado uma analogia com uma foto, pois ali está registrado um determinado momento. Sua finalidade é demonstrar a posição patrimonial e financeira de uma entidade em um determinado momento, deste modo, representando uma posição estática. Conforme o Art. 178 da Lei nº 6.404/76, *'no balanço patrimonial, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.'* O balanço é composto de direito, obrigações e recurso próprio aplicado na entidade.

O balanço é formado de três elementos básicos: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. Usualmente no Brasil, é determinado que as contas sejam classificadas por ordem de liquidez, sendo representada as contas que se convertem em caixa de forma mais rápida.

A apresentação do Balanço Patrimonial segue as determinações das Normas Internacionais de Contabilidade, porém, esta não estabelece uma forma padrão de apresentação, para tal utiliza-se a estrutura determinada pela Legislação Brasileira.

No Ativo encontra-se os recursos de benefício econômico futuro, e são representados primeiros as contas rapidamente conversíveis em dinheiro. O Ativo é dividido em circulante e não circulante, onde o circulante é representado pelas contas de caixa e equivalentes de caixa, adiantamentos, estoques, impostos, entre outros, e o Ativo não Circulante são divididos em exigível a longo prazo, investimentos, imobilizados e intangível.

No Passivo, são registrados os recursos oriundos de terceiros para financiar as atividades da entidade, também são classificados em circulante e não circulante, sendo as contas de passivo circulante aquelas com vencimento em curto prazo (até 12 meses da data do balanço), e as contas do passivo não circulante, aquelas com vencimento no longo prazo (posterior aos 12 meses da data do balanço).

O Patrimônio Líquido é a diferença dos Ativos com os Passivos, é o valor contábil que pertence aos sócios e acionistas. É dividido em Capital Social, Reserva de Lucros, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Capital, Ações de Tesouraria e Prejuízos Acumulados. A companhia que auferir Lucros ao fim do período deve destiná-los para as reservas, e o que não for para reserva deverá ser distribuído em dividendos.

2.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício

A Demonstração do Resultado, apresenta de forma resumida as operações realizadas pela entidade durante o exercício social. Essa demonstração mostra o resultado líquido do exercício, ou seja, apresenta se a empresa obteve lucro ou prejuízo. Basicamente essa demonstração é: $Receita - Despesas = Lucro \text{ ou } Prejuízo$. A lei 6.404/74, em seu artigo 187 determina:

- I – A receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;
- II – A receita líquida das vendas e serviços, o custo da mercadoria e o serviço vendidos e o lucro bruto;
- III – As despesas com vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;
- IV – O lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas;
- V – O resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;
- VI – As participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumento financeiro, e de instituições ou fundo de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterize como despesas;
- VII – O lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

No artigo apresentado acima, mostra a estrutura de uma demonstração do resultado completa, que também está em conformidade com os dispostos no CPC 00 – que trata da estrutura conceitual para elaboração e divulgação do relatório Contábil/Financeiro. Essa demonstração fornece informações ao usuário sobre a performance financeira da entidade, levando ao usuário a compreender sobre o retorno que a entidade tenha produzido sobre seus recursos econômicos. Para compreender-se um pouco mais sobre os termos dessa demonstração, busca-se a teoria de Almeida (2014, p. 14):

[...] As receitas representam ganhos da entidade, relacionados com vendas de ativo, prestação de serviços para terceiros, rendimentos de ativo, etc. As despesas representam gastos da entidade, relacionados com consumo de bens e serviços, bem como os impostos e com utilização de recursos de terceiros. A entidade apura lucro quando as despesas são maiores que as despesas. O lucro aumenta o patrimônio líquido da entidade. A entidade apura prejuízo quando as receitas são menores que as despesas. O prejuízo reduz o patrimônio líquido da entidade.

As informações fornecidas na demonstração do resultado servem como indicativa de como a administração da entidade está conduzindo os seus atos, se está utilizando os recursos de forma eficiente e eficaz. A DRE é base para elaboração de outras demonstrações. Quem elabora as informações deve observar o princípio da competência em que a operação tem que ser registrada no momento de sua ocorrência e não quando entrar ou sair dinheiro do caixa. Com informações de períodos anteriores, dá para se fazer uma projeção para períodos futuros e calcular índices sobre o

desenvolvimento da entidade.

2. 2.3 Demonstração do Resultado Abrangente

Nos últimos anos, nota-se uma crescente busca na melhoria da apresentação e divulgação das demonstrações contábeis, no intuito que ela reporte com maior fidedignidade a posição financeira e patrimonial desta. Neste contexto, nasce a demonstração do resultado abrangente, juntamente com a aprovação do pronunciamento técnico 26, em 26 de setembro de 2009; esta passou a integrar a lista das demonstrações financeiras obrigatórias para empresas que divulga suas demonstrações contábeis no âmbito nacional.

Para a adoção da DRA, é notável que na contabilidade brasileira havia duas vertentes para o reconhecimento de alguns itens do ativo e passivo, sendo esta foi a solução para unificar ambas, conforme Durso e Mário (2014, p. 2):

Com a evolução da contabilidade e, conseqüentemente, com o reconhecimento de itens do ativo e do passivo pelo valor justo, surgiu a necessidade de se definir qual dos dois modelos descritos anteriormente deveria ser adotado. A solução atual é, a princípio, híbrida. Se por um lado, os principais normativos internacionais e nacionais determinam que os itens reconhecidos pelo valor justo apresentem como contrapartida uma rubrica do patrimônio líquido denominada “Outros Resultados Abrangentes”(ORA), por outro, foi criada uma continuidade da demonstração do resultado do exercício que, teoricamente, mensura qual o impacto que os outros resultados abrangentes do período geram na demonstração do resultado do exercício.

A Demonstração do Resultado Abrangente, não está contemplada na Lei das Sociedades Anônimas, porém, é encorajada sua divulgação pelo CPC supracitado, pela deliberação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº. 676/11, pela Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 26 e pela resolução do Conselho Federal de Contabilidade 1.185/09 alt. 1.376/11; todas essas em consonância com a IAS 01 emitida pelo IASB. De forma resumida Melo apud Lunelli, (2013, p. 2) em conformidade com o normativo internacional define esta demonstração:

Uma alteração no patrimônio líquido de uma sociedade durante um período, decorrente de transações e outros eventos e circunstâncias não originadas dos sócios. Isso inclui todas as mudanças no patrimônio durante o período, exceto aquelas resultantes de investimentos dos sócios e distribuições aos sócios.

O objetivo da DRA é apresentar o lucro mais próximo da realidade econômica da empresa. Para elaborar tal demonstração, deve-se seguir as orientações constantes no CPC 26, entre os parágrafos 81 a 105. Demais pontos sobre este pronunciamento será abordado em tópicos

subsequentes.

2.2.4 Demonstração do Fluxo de Caixa

Após a promulgação da lei 11.638/07, alterando alguns pontos da lei 6.404/76, o Brasil passa a seguir a tendência internacional, e adota a Demonstração do Fluxo de Caixa, como obrigatória as sociedades de capital aberto. Esta, veio em substituição da Demonstração da Origens e Aplicações de Recursos – DOAR, sendo a última uma demonstração mais rica em termos de informações, porém os conceitos nelas contido era de maior dificuldade de entendimento por parte dos usuários.

Em suma, essa demonstração deve contemplar os usuários dos relatórios contábeis no que diz respeito a capacidade de a entidade gerar caixa. Oliveira e Santos, (2013, p. 85), conceitua de maneira sucinta a DFC:

A Demonstração do Fluxo de Caixa é uma excelente base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalente de caixa e a necessidade dela para utilizar esses recursos, sendo informações muito úteis aos usuários das demonstrações, considerando que eles têm interesse direto em conhecer a fonte e aplicação dos recursos e equivalentes de caixa.

Além do proposto em lei, em junho de 2008, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, emitiu seu primeiro pronunciamento técnico sobre o assunto – CPC 03, este já passou por duas revisões, sendo a última promulgada em 03 de setembro de 2010, estando em conformidade com a IAS 7.

Vide parágrafo I do artigo 188, da Lei 6.404/76, informa que as alterações ocorridas durante o exercício, deve segregar no mínimo 3 (três) fluxos: das operações, dos financiamentos e dos investimentos. Usando essa demonstração em conjunto com demais demonstrações contábeis, permite um melhor entendimento e avaliação por parte do usuário acerca das mudanças dos ativos líquidos da entidade, sua estrutura financeira e sua capacidade para mudar os montantes e a época da ocorrência desses fluxos, deixando aptos para mudanças de circunstâncias e oportunidades.

Como dito anteriormente, na DFC precisa-se de 3 fluxos obrigatórios. Há dois modelos de elaboração dela: método direto e indireto. Em ambos, as atividades de investimentos e financiamento não se alteram, o que irá determinar a escolha do método são as atividades operacionais. Segundo Oliveira e Santos (2013, p. 87):

- a) O método direto, segundo o qual as principais classes de recebimento brutos e desembolsos brutos são apresentadas, na opção pelo método direto, a conciliação entre lucro líquido e fluxo de caixa líquido é obrigatória;
- b) O método indireto, segundo o qual os lucros líquidos ou prejuízo é ajustado pelos efeitos de (i) mudanças ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e apagar; (ii) itens que não afetam o caixa; e (iii) todos os outros itens cujos efeitos sobre o caixa sejam fluxos de caixa decorrentes das atividades de investimentos ou de financiamento. Isso significa itens e ajustes de itens que não impactem caixa, diferimentos e contabilizações por competência.

As atividades de investimentos representam a expansão em que gastos de recursos são feitos pela entidade com a finalidade de gerar receitas e fluxos de caixa no futuro. As atividades de financiamento têm estima pelos dados que permitem a previsão da necessidade de futuros fluxos de caixa pelos fornecedores de capital a entidade. Para fins de legislação, no Brasil é obrigatório apresentar o método indireto, sendo o direto realizado constante para fins de controle da entidade.

2.2.5 Demonstração do Valor Adicionado

A partir de 1º de janeiro de 2008, as companhias abertas brasileiras são obrigatórias a elaborar e divulgar a DVA, como parte das demonstrações contábeis no findo de cada exercício, conforme alteração da lei 6.404/76, pela lei 11.638/07:

Art. 188. As demonstrações referidas nos incisos IV e V do caput do art. 176 desta lei indicarão no mínimo:

II – Demonstração do valor adicionado – o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela de riqueza não distribuída;

A lei informa que a demonstração deve ser apresentada, porém não informa quais padrões para ser utilizados para elaboração da mesma. Em 30 de outubro de 2008, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, emitiu seu pronunciamento técnico 09, sobre a demonstração do valor adicionado, nele, existe três modelos para elaboração da DVA: Modelo I – Demonstração do Valor Adicionado – Empresas em Geral; Modelo II – Demonstração do Valor Adicionado – Instituições Financeiras Bancárias; Modelo III – Demonstração do Valor Adicionado – Seguradoras. Tais modelos de elaboração e divulgação foi aprovado pela Deliberação CVM nº 557, datada em 12 de novembro de 2008 para companhias abertas, e também pela Resolução CFC nº 1.138/08, aos profissionais de contabilidade de entidades que não tenha regulação específica.

A DVA não é exigida para fins das normas internacionais de contabilidade, mas tem sido cada vez mais exigida em nível internacional, por ser uma vertente do balanço social. A elaboração da DVA, é altamente incentivada e recomendada, o texto de aprovação do pronunciamento 09

informa:

[...]Essa Demonstração é exigida pela Lei brasileira (Lei n.º 11.638/07) para as companhias abertas a partir dos exercícios iniciados a partir do primeiro dia de 2008, mas não é exigida pelo IASB – Internacional Accounting Standards Board, apesar de incentivado por ele e, também, pela ONU – Organização das Nações Unidas. O CPC considera que, dada a relevância dessa Demonstração e da utilidade de suas informações para todos os usuários, deve ela ser incentivada para ser divulgada por todas as demais sociedades comerciais brasileiras.

Essa demonstração teve origem na Europa, e aqui no Brasil, era incentivada sua divulgação pela Comissão de Valores Mobiliários, por meio de seu parecer de orientação nº 24/92, incentivavam a utilização do modelo elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuarias e Financeiras – FIPECAFI.

É de fundamental importância inclusive pelo ponto de vista macroeconômico, pois o somatório dos valores agregados (adicionados) de um país, representa seu Produto Interno Bruto – PIB. É comum misturar-se conceitos contábeis e econômicos na definição do valor adicionado, na economia utiliza-se o conceito da produção para o cálculo, e na contabilidade é a riqueza gerada pelas vendas, subtraído de insumos à terceiros e depreciações. Szymczak e Leão (p. 04, 2009), nos apontam as diferenças do conceito pelas duas ciências:

[...]A ciência econômica trata de Valor Adicionado sobre dois aspectos: o da macroeconomia e o da microeconomia. Sob o aspecto macroeconômico podemos relacionar diretamente o valor adicionado à apuração do produto nacional, e quanto ao aspecto microeconômico, o valor adicionado é demonstrado pela riqueza que uma empresa consegue agregar aos insumos de sua produção que foram adquiridos de terceiros, incluindo ainda todos os valores relativos às despesas de depreciação. Sob o aspecto da ciência contábil o valor adicionado pode ser afirmado como a apuração da riqueza resultante das vendas subtraídos os insumos pagos a terceiros somados as Depreciações.

Para elaboração da DVA, deve-se observar os aspectos do CPC 09 e da legislação societária, Iudícibus at al (2010), informa que deverá ser elaborada com base no princípio de competência, ser apresentada de forma comparativa, ter como base demonstrações consolidadas no caso de divulgação de DVA consolidada, incluir participação dos acionistas minoritários, estar espessa com a demonstração do resultado do exercício e também conciliada com os demais registros da entidade, e ser objeto de auditoria.

De modo geral, a DVA é a receita (-) insumos adquiridos de terceiros (-) depreciação, amortização e exaustão (+) valor adicionado recebido em transferência (=) valor adicionado total a distribuir, este deve ter o seu total exatamente igual a distribuição do valor adicionado. É distribuído em quatro formas: pessoal; impostos, taxas e contribuições; remuneração de capital de terceiros e remuneração de capital próprio.

2.2.6 Notas Explicativas

A contabilidade divulga as informações da entidade por meio das demonstrações discorridas anteriormente, seu grande desafio é evidenciar informações para profissionais atuantes em outros ramos e que são usuários das demonstrações contábeis. Visando atender as necessidades dos usuários externos para terem o direcionamento e a dimensão das informações apresentadas, as entidades são obrigadas a divulgar as Notas Explicativas, que são informações complementares das demonstrações contábeis e representam parte integrante da mesma. De acordo com as orientações do CPC 26, item 112, as Notas Explicativas devem:

- (a) apresentar informação acerca da base para a elaboração das demonstrações contábeis e das políticas contábeis específicas utilizadas;
- (b) divulgar a informação requerida pelos Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações do CPC que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis; e
- (c) prover informação adicional que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis, mas que seja relevante para sua compreensão.

As Notas explicativas informam como foram elaboradas as demonstrações contábeis. Cada nota deve estar cruzada com a conta e demonstração a que se refere. Conforme Martins, *apud et al* (2013), '*as Notas Explicativas podem estar expressas tanto na forma descritiva como na forma de quadros analíticos ou mesmo englobar outras demonstrações contábeis*'. O objetivo das Notas explicativas é fornecer informações adicionais sobre as contas, como sua composição e operações específicas e mostra também o tratamento contábil que a entidade dá sobre determinada conta.

Outra finalidade da Nota explicativa é demonstrar a clareza da informação, objetivando que o usuário seja ele leigo em contabilidade ou não chegue a mesma conclusão, não dando margem para outras interpretações da informação. Em conformidade com o item 112 do CPC 26, a legislação brasileira por meio da Lei 6.404/76, em seu artigo 176, § 5º determina sobre as notas explicativas:

- I – Apresentar informações sobre a base de preparo das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos;
- II – Divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras;
- III – Fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma demonstração adequada; e
- IV – Indicar: (a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoque, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo; (b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes; (c) o aumento de valor de investimentos do ativo resultante de novas

avaliações; (d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes; (e) taxa de juros, a data de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo; (f) o número, espécies e classes das ações do capital social; (g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício; (h) os ajustes de exercícios anteriores; (i) os eventos subsequente a data do encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.

É de responsabilidade da administração da entidade considerar se a divulgação irá proporcionar que os usuários da informação compreendam as transações, eventos e condições que as demonstrações financeiras foram preparadas. A parte das notas explicativas em uma demonstração financeira é a mais extensa, pois seu objetivo é esgotar informações sobre os assuntos.

2.3 Empresas

Para nosso estudo, buscamos as vencedoras recorrentes do ano de 2010 a 2015, com faturamento acima de R\$ 5 bilhões. Com base nas premissas do regulamento do prêmio, verificamos o posicionamento destas entidades no ano de 2016, observando aquelas que continuaram recendo o prêmio no ano de 2016 e também verificando as que não obtiveram neste ano. A baixo, segue um resumo da história e demais informações pertinentes das empresas deste estudo.

2.3.1 Eletropaulo

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - Eletropaulo S.A, é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto listada na BM&FBovespa. É responsável pelo fornecimento de energia em 24 municípios da região metropolitana de São Paulo, inclusive a capital paulista, principal centro econômico financeiro do país.

Sua história iniciou-se no ano de 1899, constituída em Toronto no Canadá com o objetivo eram estabelecer, construir completar, manter e fazer funcionar obras para produção, utilização e venda para produzir eletricidade gerada por vapor e força motora elétrica, a gás, pneumática, mecânica e hidráulica ou outra força qualquer para quaisquer fins. Teve concessão para atuar no ramo de transporte de passageiros e cargas. Encerra as atividades de transporte no ano de 1951 e em 1956 a Companhia é nacionalizada e tornou-se uma empresa estatal. Desde o ano de 2001 passou a

ser controlada pela AES, passando a ser denominada AES Eletropaulo nas contas, cartas, comunicados e propaganda.

É regulada pela Agência Reguladora de Energia Elétrica – ANEEL, que tem suas diretrizes baseadas pelo Ministério de Minas e Energia. O fornecimento de Energia Elétrica pela Companhia é efetuado de acordo com os previstos nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

2.3.2 Sabesp

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp, é uma empresa de economia mista e capital aberto que detém a concessão de serviços públicos de saneamento no Estado de São Paulo. É responsável pelo fornecimento de água, coleta e tratamento de esgoto de 366 municípios. É considerada a maior empresa do mundo no quesito população atendida por esse setor.

Suas ações são negociadas na BM&F Bovespa e na Bolsa de Nova York. O governo do Estado de São Paulo é o maior acionista da Companhia, detendo mais de 50% das cotas de ações. Sua governança é composta pela presidência e cinco diretorias sendo que duas destas estão divididas no operacional em 17 unidades de negócio distribuídas nos grandes polos do Estado.

A Sabesp foi fundada no ano de 1973, tornou-se um modelo de gestão descentralizada, já que a partir do ano de 1995 criou as unidades de negócios nas bases de distribuição do estado, sendo que essas unidades têm autonomia de gestão, aplicação e alocação de recursos. Apesar da independência da gestão as unidades devem seguir as diretrizes gerais e estratégias estabelecidas pela companhia.

Seu capital foi privatizado no ano de 1994, e desde a abertura o acionista majoritário é o governo do Estado de São Paulo. Praticamente todos os contratos de concessão do serviço de água e esgoto prestado pela Sabesp tem prazo de 30 anos. Presta serviços de consultoria voltada para o uso racional da água, e gesto financeira, comercial e operacional nos seguintes países: Panamá, Honduras e Nicarágua. O órgão está sujeito a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

O plano de investimento da Companhia está sujeito a aprovação do Governo do estado. Seus resultados são afetados por fatores climáticos, pela situação econômica geral (nacional e internacional), e pela capacidade de gerar tarifas. A Companhia está consolidada no mercado, devido a prestação de um serviço fundamental para população, atuar no grande polo financeiro e

populacional do Brasil, e por manter uma estrutura corporativa sólida.

2.3.3 Cemig

A Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, é uma empresa Mineira, inicialmente uma estatal, fundada em 1952, pelo então governador do estado de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek. Atualmente é um Companhia de Capital aberto, controlada pelo Governo de Minas Gerais, tendo suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo, Nova York e Madri. É a maior empresa do setor energético da América Latina, conforme definição apresentada em suas demonstrações:

O grupo Cemig é constituído por 218 sociedades, 18 consórcios e 2 Fundos de investimentos em Participações e é controlado por uma Holding, com ativos e negócios em 23 estados brasileiros, no distrito Federal e também no Chile. A Cemig atua também na área de transmissão de dados, por meio da Cemig Telecom, e no provimento de soluções energéticas, por meio da Eficiência.

A Cemig atua em mais de 85% do território nacional, conseguindo por esse fato atingir a sua visão em ser o maior grupo no setor elétrico, não opera apenas nos seguintes estados: Acre, Amazonas, Roraima e Amapá. Sua maior concentração de atividades está na região sudeste, região com a maior concentração financeira e populacional brasileira.

É operante Geração de energia, transmissão, distribuição, geração eólica, distribuição de gás natural, telecomunicação, também está em construção de mais pontos de geração e transmissão de energia. É a única empresa do setor elétrico da América Latina a fazer parte do índice Dow Jones Sustainability World Index, criado pela bolsa de valores do Nova York – Dow Jones, que reconhece a capacidade de sustentabilidade corporativa das empresas.

A Cemig possui em operação 109 usinas, sendo que a usina do Rio Madeira, localizada no estado de Rondônia, possui também usinas termelétricas e produção de energia eólica. Possui projetos em andamentos nas Usinas de Santo Antônio e Belo Monte, que serão as maiores usinas hidroelétricas da América Latina.

2.3.4 Usiminas

A Usina Siderúrgica de Minas Gerais – Usiminas, é uma empresa do setor siderúrgico líder na produção e comercialização de aços planos laminados a frio e a quente, boninas, placas e

revestidos. Assim como a Cemig, foi criada nos anos de 1950 pelo governador do estado de Minas Gerais Juscelino Kubitschek. Suas operações iniciam-se efetivamente no ano de 1962, na cidade de Ipatinga -MG. Iniciou exportação de aço 2 anos após o início de suas atividades.

Em menos de 10 anos de operação a Usiminas há atendia 50% do mercado nacional em distribuição de chapas de aço. Nos anos 70 inaugura um centro de pesquisa, o maior na ramo de siderúrgica da América Latina, tornando seus produtos diferenciados pelo seu diferencial tecnológico e qualidade. Nesta época de franco desenvolvimento da economia brasileira, reflexo das medidas adotadas pelo governo federal, coube a Usiminas ser responsável pelo fornecimento de insumo básico para indústria pesada.

A Usiminas foi a primeira estatal brasileira a ser privatizada, no governo de Fernando Collor de Melo, nos anos de 1990. Foi a primeira siderúrgica do Brasil e a segunda do Mundo a obter a certificação da ISO 14001. Suas ações são negociadas nas Bolsas de São Paulo, Nova York e Madri. Compõe o grupo as seguintes empresas: Mineração Usiminas, Soluções Usiminas, Usiminas Mecânica e Unigal Usiminas.

Atualmente a Companhia não se restringe apenas ao ramo de siderúrgica, atua também com mineração, transformação de aço e bens de capital. Com 53 anos consolidados no mercado, está presente em toda a cadeia produtiva do aço, que atende todo o mercado nacional e mundial. Conforme dados da Demonstração Financeira da Companhia, possui a capacidade de produzir 9,5 milhões de toneladas por ano de produtos laminados.

2.3.5 Gerdau

A Gerdau S.A, assim como a Usiminas é uma empresa do ramo de siderúrgica. Em 2016, a Gerdau completou 115 anos de existência. Seus fundadores lançaram as bases na Gerdau, com uma fábrica de pregos na cidade de Porto Alegre- RS. Com a abundante produção de prego o estado do Rio Grande do Sul, passa a ser autossuficiente em prego, não precisando importar o produto, ocorrendo também a mudança de sua fábrica para a cidade de Passo Fundo.

Em 1946 o Genro do filho do fundador da Gedau, assume a presidência da empresa, entrando neste momento em uma fase decisiva de expansão de negócios. Um ano após sua entrada, a empresa de pregos passa a ser de capital aberto negociando ações na Bolsa de Valores de Porto Alegre. Em 1948 a então Fábrica de Pregos Paris, comprou a siderúrgica Rio Grandense, iniciando a jornada na Gerdau na Siderúrgica.

Nos anos 50, instalou-se a segunda fábrica da Gerdau no Rio Grande do Sul. E nos anos 70

instalou-se fabricas nas regiões sudeste e nordeste, é instalada neste ano também a primeira Comercial Gerdau. Inicia-se nos anos 80 a internacionalização da companhia, com produção no Uruguai. Houve também nesta década uma expressiva expansão no Brasil.

A Gerdau entre os anos 80 e 90, instalou-se e adquiriu diversas siderúrgicas internacionais, inclusive na América do Norte, com empresas no Canadá e nos Estados Unidos da América, é a segunda maior produtora de mini mill, passa a ter suas ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova York. Em 2005 a Gerdau marca sua entrada na Europa, adquirindo uma empresa no ramo de aços especiais.

Atualmente a Companhia tem suas ações listadas na bolsa de Valores de São Paulo, Nova York e Madri. Sua sede fica na cidade do Rio de Janeiro – RJ. É líder do segmento de aços longo das Américas e uma das principais fornecedoras de aços especiais do mundo. Produz também, minério de ferro no Brasil. É a maior recicladora de sucata de aço da América Latina, desenvolvendo a sustentabilidade nas regiões em que atua.

2.3.6 Vale

A Vale S.A, anteriormente conhecida como Companhia Vale do Rio Doce, é uma mineradora brasileira e uma das maiores operadoras logística do Brasil. A extração de minério, iniciou-se no ano de 1942, no governo de Getúlio Vargas, na cidade de Itabira -MG. Até então a área era explorada por um empresário americano, que pretendia levar toneladas de minério para o Estados Unidos da América, seu plano nunca se concretizou devido a oposição do governo brasileiro, a reserva de minério pertencente ao americano tornou-se a estatal Companhia Vale do Rio Doce.

Seu crescimento foi lento e gradual, na entrada dos anos 60 seu objetivo era atender o mercado nacional, no final desta década a empresa se consolidou como maior exportadora de minério de ferro do mundo, posição que ocupa até os dias atuais. A vale foi privatizada no ano de 1997 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Depois de sua privatização, sua produção melhorou quantitativamente.

Em 2007 a Companhia passa a se chamar apenas por Vale S.A., é atuante nos seguintes seguimentos: Minerais Ferrosos, Cadeia do Alumínio (bauxita, alumina e alumínio primário), minerais não ferrosos, carvão, serviço de logística e energia. Está operante em 14 estados brasileiros e em 5 continentes. Tem suas ações negociadas nas bolsas de São Paulo, Paris, Madri, Hong Kong e Nova York.

2.4 Crise Econômica Financeira 2015

Para retratar a crise iniciada no ano de 2015, verificamos diversos aspectos nesse estudo. A economia é como um organismo vivo em que tudo se relacionada. O PIB, afeta a formação bruta de capital, que geram impactos na inflação e no desemprego, ou seja, tudo em economia é interligado. Buscando realizar resumidos apontamentos vivenciados, ir-se-á discorrer sobre a taxa de desemprego, taxa de juros, taxa de inflação, PIB, Renda dos empregados, Formação Bruta de Capital e o Impeachment.

2.4.1 Taxa de Desemprego

Conforme dados do IBGE do ano de 2015 o Brasil representa neste ano uma taxa de desemprego alta, inferior apenas aos anos de 1990, ano que ocorria outra crise econômica política, com cenário de Impeachment, pedido a cassação do então presidente Fernando Collor de Melo. Foi inferior também ao ano de 1998, em que a moeda real ainda estava em fase de estabilização.

Em 2015 a taxa de desemprego foi de 8,5%, segundo dado do IBGE são cerca de 9 milhões de brasileiros a procura de trabalho, um número 27% maior que no ano de 2014. Essa taxa, apresentou seu maior número nas regiões mais desenvolvidas, como a sudeste, foi causado pelas demissões em massa das indústrias. Como resultado a renda média do trabalhador caiu em cerca de 2%.

Após a implantação das metas de inflação, o Brasil deu uma instabilizada em sua economia. Entre os anos de 2002 a 2012 observou-se que os “chefes de família” possibilitaram que seus filhos focassem apenas nos estudos, onde o país apresentou um cenário em que os jovens ingressavam no mercado de trabalho mais tarde. Com a crise se agravando a partir do ano de 2014, ocorreram diversas demissões em massa conforme explanamos anteriormente e muitos desses “chefes de família” foram depostos de seus cargos.

Ocasionalmente que os jovens passaram a ir em busca de emprego, muitas vezes deixando seus cursos ou não conseguindo emprego devido a falta de experiência. Observamos os dados de Pochmann (2015) e verificou-se uma evolução na taxa de desemprego nas faixas etárias desses “chefes de família” e para esses jovens. Em uma curva de oferta e demanda, há alta disponibilidade de mão de obra, para pouca disponibilidade de trabalho, o que ocasiona baixa na remuneração do

trabalhador.

2.4.2 Taxa de Inflação

Ao falar-se de inflação, remete aos fatos ocorridos nos anos de 1980 e início dos anos de 1990, em que o Brasil vivenciava um cenário de baixo crescimento, instabilidade e constante alta de preço de produtos. Esse cenário não era apresentado apenas no Brasil e sim em toda a América Latina, Almeida e Leite (2012), relata que no início de 1990 os países periféricos se reúnem na cidade de Washington nos Estados Unidos com economistas do Fundo Monetário Internacional - FMI e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, que estabelecem “recomendações” para melhora econômica desses países.

Inicia-se vários planos para estabilização da inflação, com privatizações iniciadas no governo de Fernando Collor de Melo, abertura comercial e financeira. O alavanque para o controle foi o plano real no governo de Fernando Henrique Cardoso, e ao final da década de 90, o regime de câmbio flutuante oferece um cenário diferente do início da década.

O termo inflação remete ao aumento de preço, parte da população é leiga em seu significado correto, mas, tem o entendimento que significa alta de preços. É repassada a informação por gerações sobre o que ocorria na época, um grande exemplo a remarcações de preços ocorridas em um mercado, que na gângola está um valor e na hora do pagamento já era outro. Em resumo, a perda significativa do valor do dinheiro de forma rápida. Foi um fenômeno tão marcante dos anos 90 que até os dias atuais a população brasileira ainda detém do costume de realizar suas compras de mantimentos mensalmente. De forma sintética, Ribeiro (2012), define sobre inflação:

Em economia, entende-se por inflação a expansão monetária da economia de um país, ou seja, o aumento da quantidade de dinheiro em circulação no sistema financeiro, e que, conseqüentemente, ocasiona um aumento generalizado de preços. As decisões das autoridades monetárias dos países influenciam as taxas de inflação; todavia, não é só isso que a modifica, pois há diversos outros fatores que transformam o comportamento da inflação dos países

Acaba-se confundindo os termos de inflação com a taxa de inflação. A inflação é uma elevação sustentada do nível geral de preços da economia, enquanto a taxa de inflação é a taxa à qual o nível de preço aumenta. Em 2015, vivencia-se um déficit governamental, esse é um fator macroeconômico da inflação, segundo Ribeiro *apud* Mattos (2011), esses fatos atribuíram para o déficit público.

2.4.3 Taxa de Juros

O governo por meio do Banco central interfere diretamente na taxa de juros. Se há demanda de moeda no mercado, onde a população consiga poupar, a taxa de juros abaixa. No momento, estamos vivenciando a alta da taxa de juros, onde a população não consegue poupar e tem que buscar recursos financeiros no mercado, há uma dificuldade em conseguir esses recursos, pois há escassez de recursos disponíveis, fazendo que diminua o consumo da população, consequentemente causando retração na economia.

O Brasil enfrentava um momento de instabilidade da moeda, após a implantação do plano real. Em 1999, como medida para conter essa instabilidade, o Brasil deixa de utilizar câmbio fixo, para câmbio flexível, conforme embasado por Mendonça (2001, p.01):

A partir de 1999, uma das principais questões que passaram a fazer parte das preocupações de economistas monetários no Brasil diz respeito à condução da política monetária. Antes de janeiro de 1999, o País utilizava como âncora nominal uma variante do regime de câmbio fixo como forma de disciplinar o comportamento dos preços domésticos. Entretanto, com o retorno de um regime de câmbio flexível, a política monetária deixou de ser determinada pela variação da taxa de câmbio, o que, por conseguinte, provocou a necessidade de uma nova âncora nominal. O novo regime monetário escolhido pelo Banco Central do Brasil (BCB) foi o uso de metas para a inflação que entrou em vigor a partir de junho de 1999

A taxa de juros influencia diretamente na inflação, pois baseada nela que é realizada o controle da inflação. A taxa de juros é controlada diretamente pelo banco central, é a partir dela que são formadas as demais taxas. Comparando com demais países emergentes a taxa de juros do Brasil é extremamente alta. Conforme Ribeiro e Teles (2011), desde a criação das metas de inflação em 1999, a taxa de juros vem caindo, e mesmo em 2008 em que apresentava uma crise econômica mundial a taxa no Brasil continuou em queda.

Em uma esquematização básica realizada pelo Banco Central do Brasil mostra a formação da taxa de juros no Brasil: O mercado de reservas Bancárias, onde as pessoas físicas e jurídicas possuem depósitos a vista com bancos comerciais para efetuar pagamentos, possuem ligação direta com o Banco Central. Baseado nessas informações é determinada a taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), e baseando nessa taxa o mercado financeiro (instituições financeiras), determina a taxa de juros de empréstimos, poupança, financiamento, entre outras.

O momento vivenciado pelo Brasil a partir de 2014 é de retração da economia, apresentando nos anos de 2014 a taxa de 11,15% a.a. e em 2015 a taxa de 14,14% a.a. O que gera em dificuldade de captação de recursos com instituições financeiras, e as entidades precisam utilizar mais de seu

capital próprio para se financiar, caso a entidade não tenha esses recursos, é necessárias cortes, causando desemprego, aumento da pobreza e diminuição da demanda.

2.4.4 Crise Política

A Dilma Rousseff foi a primeira mulher presidente e reeleita presidente do Brasil, diversos fatores levaram o impedimento do seu governo. Em 2014 disputou o segundo turno com o candidato tucano Aécio Neves. Em época de eleições ocorreram diversas manifestações pró e contra a chapa da 'situação', nas pesquisas eleitorais chegou a aparecer como perdedora nas pesquisas, mas, foi reeleita, com o resultado a oposição solicitou uma auditoria do resultado.

Em dezembro de 2014, o governo subiu tarifas de serviços essenciais como luz e energia um assunto em que evitava discutir na campanha. Em janeiro de 2015 toma posse com seu vice Michel Temer do partido PMDB. Logo após sua posse começa a sofrer derrotas no congresso, liderada pelo presidente do congresso Eduardo Cunha do partido PMDB, que deixa de ser 'situação' para ser 'oposição'.

Junto a isso o cenário econômico só piora, aumenta desemprego, inflação e também a insatisfação da população com o governo. Para impulsionar a economia o governo tenta planos de ajustes fiscais, mas tendo o congresso como oposição, acaba não conseguindo implantar algumas medidas. São efetuados cortes de gastos pelo governo. A justiça eleitoral abre processo de cassação do governo de Dilma, pois a oposição acusa de ter utilizado dinheiro desviado da Petrobras para financiar a campanha.

Um ano após as eleições o Tribunal de contas rejeita as contas do governo devido as pedaladas fiscais e o presidente da Câmara protocola o pedido de impeachment, junto a isso as investigações da operação Lava Jato e solicita a cassação do Eduardo Cunha. Em dezembro é aceito o pedido de impeachment e posteriormente seria levado a votação na câmara.

Fechou o ano de 2015 com um governo enfraquecido onde sua própria chama criou outros caminhos e ficou contra o governo. Um cenário econômico totalmente desfavorável, com PIB decaindo, aumento da taxa de juros, inflação, desemprego. O dólar disparado na frente do real. Esses fatores além de afetar as grandes companhias, teve como seus maiores prejudicados a população de renda inferior. Atualmente ainda há muito a ser discutido sobre o tema, porém, o estudo foi baseado nas demonstrações financeiras findadas em 31/12/2015, deste modo, não irá discorrer sobre demais acontecimentos posteriores a esta data.

2.4.5 Saída de Capitais

Desde o ano de 1999 o Brasil adotou o câmbio flutuante. Há uma grande discussão entre os

economistas se o controle de capitais é melhor que o câmbio flutuante, que teve sua implantação para cumprir as metas de inflação ali determinadas. Em 2015, verificamos uma disparada do dólar perante ao real, fechando o ano com Ptax de R\$3,9048. Em momentos como esses os investidores ficam particularmente sensíveis a pequenos eventos e sinais. Como consequência houve saídas repentinas de capitais e paradas súbitas de ingresso de capitais.

Em momentos como esse o governo deve implantar controles para evitar saídas de capitais para retomar o controle monetário do país e assim ajustar aos fluxos de capitais. Essas medidas são de extrema necessidade para geração de emprego e renda. Tendo este controle, os administradores das instituições acabam se pré-dispondo de pagar custo maiores para evitar a saída de capital para o exterior.

Em suma, ter o controle de saídas de capitais é fundamental para que a riqueza produzida no país não seja aplicada no exterior, mas sim dentro do próprio país. Com o câmbio flutuante, desvalorizando a moeda local, é mais viável para o investidor aplicar seu capital em países com moeda forte. O controle de capitais é importante, e deve encontrar um equilíbrio com as taxas de câmbio. Além da política de controle de entrada e saídas de capitais, deve-se implantar medidas para amenizar a volatilidade do câmbio. Há muita especulação sobre o controle de capitais em tempos de crise, para recuperar a economia, mas, é uma medida que deve ser constantemente ajustada como medida de prevenção.

2.4.6 PIB

O Produto Interno Bruto – PIB, é tudo que é produzido em uma região em um determinado período. No Brasil, calcula-se o PIB anualmente, é sua soma é de todos os bens e serviços finais, ou seja, desde a produção de uma fruta, como uma laranja por exemplo, até a produção de um veículo automotivo. O produto final é considerado aqueles bens que era commodities e se transformaram, por exemplo, uma camisa, foi produzido o algodão, o tecido e pôr fim a camisa, para fins do PIB é considerado apenas a camisa como bem, ou então o algodão haveria sido contado três vezes. O IBGE é o órgão que realiza o cálculo do PIB, SOARES e Calvacanti (2015), resume:

Atualmente no Brasil, o PIB é calculado através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e essa mensuração anual permite às autoridades governamentais utilizarem políticas públicas com o objetivo de promover o crescimento maior do nosso país. Uma das maneiras de ser medido é através de uma fórmula na qual consta: o total do consumo privado, os investimentos realizados, os gastos do governo e a balança comercial, constituída das exportações menos importações.

Diante das informações expostas, buscou-se o resultado do PIB no ano de 2015, em nota, o Ministério da Fazenda divulgou que o governo está buscando medidas para retomada do

crescimento do país. Segundo dados do IBGE, o PIB teve uma queda de 3,8% o pior resultado apresentado desde o ano de 1990. Houve crescimento apenas em um setor neste ano, na agropecuária.

No geral, as empresas retratadas nesse estudo são indústrias, que registrou uma queda de 6,2%. O Ministério da Fazenda relata que a crise hídrica registrada no início de 2015, que resultou em problemas com abastecimento principalmente na região sudeste, foi uma das agravantes para a queda do PIB.

É uma característica o PIB recuar quando ocorre ajustes econômicos, o que gera também o recuo da população brasileira no consumo. Sua queda influencia diretamente nos investimentos, já que a retração da Formação Bruta do Capital Fixo foi atribuída principalmente a queda da produção interna e da importação de bens de capitais.

2.4.7 Renda dos Empregados

A renda dos empregados ou remuneração dos empregados nada mais é que a recompensa financeira em troca do serviço que foi prestado, seja este braçal ou intelectual. O conceito de remuneração ainda é mais amplo além do salário é acrescido de benefício como plano de saúde, vale refeição, seguros, ajuda de custo, entre outros. Em resumo a remuneração compreende tudo que o trabalhador recebeu em função da prestação de serviço e o salário é o valor econômico pago diretamente ao trabalhador.

O IBGE realiza pesquisas sobre a remuneração dos empregados pois *'é um importante parâmetro para a crítica da produção e da geração da renda no Sistema de Contas Nacionais (SCN)'*, o objetivo dessas informações é realizar análises sobre a produtividade. Para chegar em tais dados o IBGE utiliza métodos como o PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio e a PME – Pesquisa Mensal de Empregos. A PME leva em consideração dados apenas dos grandes centros e a PNAD de todo o país,

Conforme a PME de 2015, verifica-se que a renda do empregado teve sua primeira queda este ano desde 2015, conforme Taiar e Sales (2016), descontando a inflação, a renda do empregado teve uma queda de 3,7%. Observando os dados da PNAD, a média nacional teve queda apresentando 5% da diferença com o ano anterior.

Observamos pelos dados apresentados pelo IBGE via PNAD e PME que a renda caiu não apenas para os menos favorecidos, mas também para a população mais rica. A PNAD divulgou ainda que todas as regiões do país apresentaram queda nas remunerações, sendo a maior na região

norte do país. Observa-se ainda que uma diminuição na taxa de ocupação e ela caiu justamente nos setores em que os rendimentos eram mais altos, como na indústria.

2.4.8 Formação Bruta de Capital Fixo

Em economia é tratado como Formação Bruta de Capital Fixo - FBCF, os investimentos realizados pelas entidades, ligando com a contabilidade, seria tratado como o imobilizado (pronto ou em andamento) e também intangíveis. Conforme Kon (1991), “a FBCF é a medida estatística do investimento físico da economia, ou seja, indica o crescimento da sua riqueza real determinada pelo estoque de capital físico”. Na contabilidade o imobilizado e intangível são itens do ativo da entidade utilizados para sua manutenção, ou seja, utilizado na produção de itens de estoque para venda ou como instrumentos para funcionamento da entidade por mais de um período.

A Formação Bruta de Capital Fixo é um importante indicativo sobre a continuidade da entidade, se está preparada para continuar produzindo e gerando riquezas. É um índice amplamente observado pelo IBGE, pois, tem grande representatividade na formação do PIB. Os investimentos em países emergentes, que é o caso do Brasil são mais caros em que países desenvolvidos, isso porque não temos tecnologia avançada a tal ponto desses países, tendo que importar dos mesmos.

A relação do PIB com o FBCF é importante para verificar se os investimentos realizados estão em parâmetro com o PIB. O objetivo da Formação Bruta de Capital Fixo é possibilitar investimentos para maiores produções, acontece que em 2015 com a retração da economia devido a crise política acabou por diminuir a demanda interna, devido ao alto índice de desemprego, elevação de taxas de juros e outros fatores discorridos anteriormente.

Com o déficit do setor público, onde o governo tenta de todas maneiras manter o controle a relação Produto Interno Bruto com Formação Bruta de Capital Fixo desacelera consideravelmente, ou seja, acaba não ocorrendo a ampliação da capacidade produtiva futura por meio de investimentos e compromete resultados futuros.

3 METODOLOGIA

Nesta pesquisa utiliza-se dois tipos de procedimentos para obter os dados necessários: bibliográfico, onde por meio desta tomamos conhecimento de produções científicas já existente e documental, que se utiliza de documentos analíticos, que não foram realizadas análises profundas neles.

Foi utilizado no procedimento de pesquisa o método qualitativo sob base na área contábil e a busca das causas no cenário brasileiro de crise política e econômica, busca-se que com este estudo a relevância do assunto para melhoria social, no caso, o resultado desta.

Como o prêmio ANEFAC, utiliza o faturamento como base de avaliação das empresas, no quadro abaixo apresentamos o faturamento das companhias de 2010 a 2015.

EMPRESAS	FATURAMENTO						
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Dados referentes a bilhões de reais						
SABESP	9,1 ↗	9,8 ↗	10,5 ↗	11,4 ↗	12 ↘	11,8 ↗	12,3
ELETROPAULO	8.785 ↗	9.697 ↗	9.835 ↗	9.959 ↘	9.108 ↗	10.596 ↗	13.667
CEMIG	15.008 ↘	14.954 ↗	16.568 ↗	18.614 ↘	14.741 ↗	17.232 ↗	22.526
USIMINAS	8.468 ↗	11.424 ↘	10.517 ↗	11.414 ↘	11.336 ↘	10.925 ↘	9.168
GERDAU	26.540 ↗	31.393 ↗	35.406 ↗	37.981 ↗	39.863 ↗	42.546 ↗	43.581
VALE	26.429 ↗	51.386 ↗	66.082 ↘	57.429 ↗	63.761 ↘	54.346 ↘	42.560

↗ Aumento do Faturamento

↘ Queda no Faturamento

* Preparado pela autora

Verifica-se que em 2015 apenas a Usiminas e Vale obtiveram queda em seu faturamento, sendo que a Usiminas teve a queda devido a estoques parados e a Vale por perda do valor recuperável do ativo. A única empresa que teve constante crescimento do faturamento foi a Gerdau, e esta não foi ganhadora do prêmio no ano de 2016, o que demonstra que o faturamento é apenas um determinante da categoria as companhias se encaixam.

Com base no lucro líquido apresentado no exercício, realizamos as primeiras análises do histórico do real rendimento das companhias, e posteriormente observamos as notas explicativas, relatório da administração e relatório dos auditores independentes, objetivando verificar a forma em que foi apresentado suas demonstrações e realizar entendimento das operações. Demonstramos no quadro abaixo um histórico do lucro líquido dos exercícios.

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO							
EMPRESAS	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Dados referentes a milhares de reais							
SABESP	1507 ↗	1630 ↘	1223 ↗	1911 ↗	1923 ↘	902 ↘	536
ELETROPAULO	1.156 ↗	1.347 ↗	1.572 ↘	107 ↗	198 ↓	-131 ↗	101
CEMIG	2.206 ↗	2.257 ↗	2.415 ↗	4.271 ↘	3.103 ↗	3.136 ↘	2.469
USIMINAS	1.273 ↗	1.571 ↘	233 ↓	-706 ↑	-141 ↗	129 ↓	-3.236
GERDAU	1.004 ↗	2.457 ↘	2.097 ↘	1.496 ↗	1.693 ↘	1.488 ↓	-4.595
VALE	10.336 ↗	30.070 ↗	37.813 ↘	9.733 ↘	115 ↗	954 ↓	-44.213

↘ Queda do Lucro

↗ Aumento do Lucro

↑ Queda do Prejuízo

↓ Aumento do Prejuízo

* Preparado pela autora

Observa-se que apenas a Eletropaulo teve aumento do lucro, mas, não foi ganhadora neste ano, a outra distribuidora de energia Cemig, também obteve lucro, ambas as empresas não demonstraram de forma clara os investimentos que tiveram que realizar para colocar suas usinas termoelétricas em funcionamento. A única ganhadora do prêmio que obteve lucro foi a Sabesp. As demais empresas todas tiveram prejuízo.

Para melhor entendimento e análises dos dados, optamos por realizar descritivamente um histórico dos ocorridos entre 2010 a 2015 nessas companhias, que retratamos em seguida.

3.1 A APLICAÇÃO DO MÉTODO

As empresas desse estudo foram ganhadoras do troféu transparência da ANEFAC dos anos de 2010 a 2015, com base nisso, realizamos um levantamento com base em suas Demonstrações financeiras divulgadas, objetivando destacar os principais pontos ocorridos nesses anos nessas entidades; observamos também a apresentação das demonstrações e os pontos destacados nas notas explicativas dessas.

Em 2016 apenas duas das seis empresas ganhadoras recorrentes, venceram o prêmio, sendo elas: SABESP e Vale. Com base na Demonstração Financeira divulgada observamos quais fatores externos foram determinantes no resultado da entidade e observamos também a forma de apresentação das demonstrações. Salientamos que o prêmio historicamente é entregue no segundo semestre do ano, e levam em consideração o ano base anterior para análise, ou seja, a base para

vencedoras do ano de 2015 foram os relatórios apresentados no ano de 2015, e assim ocorreu nos demais anos também.

3.1.1 Resultado Eletropaulo

A Eletropaulo é uma empresa com capital estrangeiro e capital nacional. Ganhadora do Prêmio ANEFAC entre os anos de 2010 a 2015, destaca-se no mercado por ser a empresa fornecedora de energia do estado mais populoso do Brasil: São Paulo. Além de todos os preceitos determinados pela contabilidade para divulgação de suas demonstrações financeiras, a Eletropaulo tem que atender também a Agência Reguladora de Energia Elétrica – ANEEL.

Além da preocupação do andamento de seus negócios, a Eletropaulo se preocupa com o social e ambiental, promovendo e apoiando algumas ações. Vencedora de vários prêmios e inclusive conta com algumas certificações da ISO. Segundo informações divulgadas em seu relatório da administração, a empresa doa parte da restituição do imposto de renda para alguma entidade, pois entende que o montante irrelevante para companhia, será de fundamental importância para a entidade.

Em todos os anos em que foi vencedora, apresentou um faturamento com uma distância considerável dos R\$5 bilhões do prêmio. No ano de 2013, apresentou uma queda no faturamento devido a diversos fatores, entre eles a promulgação da lei 12.783/13, que mudou o cenário das companhias de energia do país, porém, mesmo com essa queda no faturamento a empresa foi ganhadora do prêmio ANEFAC daquele ano.

No ano de 2015, a empresa apresentou o maior crescimento de seu faturamento durante os períodos realizados neste estudo, aumentou 68%, esse fato ocorreu devido a implantação da bandeira tarifária vermelha, como os reservatórios de água estavam em um nível insuficiente para gerar energia elétrica, o Governo Federal autorizou a cobrança nessa bandeira.

Apesar do bom resultado apresentado, a empresa não foi ganhadora do Troféu Transparência no ano de 2016, mesmo obtendo bons resultados em sua receita naquele ano. O maior impacto foi o da crise hídrica, que teve o efeito inverso, melhorando o seu faturamento.

3.1.2 Resultado Sabesp

A Sabesp entre os anos de 2009 a 2016 apresentou faturamento acima de R\$ 9 bilhões, é ganhadora do troféu transparência da ANEFAC a muitos anos e a partir do prêmio do ano de 2010

concorre na categoria das empresas que mais fatura. Observando sua Demonstração Financeira, visualizamos que é ganhadora de diversos prêmios nacionais e internacionais. Em todos esses anos, teve seus relatórios de auditoria externa limpo, sem nenhuma modificação de opinião.

A empresa anualmente estipula metas que visam impulsionar o crescimento próprio e das pessoas que utilizam a Sabesp de forma direta e indireta. Promove diversas ações sociais e ambientais, como recuperação de nascentes e leitos de rio, educação continuada para seus colaboradores e também apresenta um balanço social que demonstra todas essas atividades realizadas pela companhia.

O faturamento as Sabesp foi crescente até o ano de 2013. Em 2014 ocorreu a crise hídrica no estado de São Paulo, onde sua maior fonte de água, a Cantareira viu seus níveis baixarem consideravelmente, afetando milhares de pessoas, nesse ano seu faturamento caiu em 6,2%. O reflexo dessa crise foi imediato, atingindo o resultado daquele ano.

Em 2015 a Sabesp vivenciou um cenário de continuidade da crise hídrica, instabilidade política e economia, fatores agravantes que poderiam afetar seu resultado, mas, a empresa apresenta uma estrutura sólida, seus resultados esse ano voltaram a crescer, com a forte política de conscientização da população referente ao uso da água. Devido a essa estrutura continuou recebendo prêmios, teve aumento de seu faturamento e não sentiu tanto os impactos da crise política econômica brasileira. Esses e outros fatores foram fundamentais para empresa continuar sendo ganhadora do Troféu Transparência da ANEFAC em 2016.

3.1.3 Resultado Cemig

Em 2009 a Cemig sentiu um pouco do impacto da crise econômica mundial iniciada em 2008, devido ter operações e filiais em outros países, como exemplo o Chile. Porém, o impacto foi praticamente irrelevante e a Cemig conseguiu aumentar seu faturamento, e também realizou investimentos, sempre baseado em estudo para manter o equilíbrio dos seus investimentos e operar com lucro líquido no final de seus períodos.

Entre os anos de 2010 a 2012 a Cemig atingiu resultados melhores que o esperado, tudo isso iniciando-se no ano de 2010, em que a crise econômica mundial se dissipou e os países voltaram a consumir o esperado. Estabelece como meta ser a maior distribuidora e geradora de energia do país. Dentre esses anos já possuía 20% do mercado nacional. No ano de 2013, assim como aconteceu na Eletropaulo, o seu lucro líquido caiu, principalmente se comparado com o ano de 2012 em que obteve o melhor resultado até então de sua história, mesmo caindo o lucro, seu ganho naquele ano foi de

R\$3,5 milhões, e houve aumento no faturamento.

Em 2014 a crise hídrica afetou a geração de energia da Usiminas, o governo do estado de Minas Gerais ofereceu todo o suporte a companhia neste quesito, visto que é uma das acionistas da empresa. Em 2015, o ano que a equipe julgadora da ANEFAC analisa as demonstrações para premiar em 2016, a Cemig apresentou melhora em seu faturamento, devido o acionamento da bandeira tarifária vermelha, porém, seu lucro líquido que mesmo positivo vem caindo ao longo dos anos.

A Cemig tem investimentos na Norte Energia S.A e na Amazônia Energia S.A, essas empresas apresentou resultado acumulado no exercício que foi repassado para suas investidoras, porém no momento em que a auditoria externa esteve em campo para auditar as informações não havia evidências suficientes para opinar sobre as mesmas e estavam faltando informações. A empresa de auditoria emitiu um relatório com ressalva. A Cemig reapresentou suas informações e também foi retirada a ressalva dos auditores, essa reapresentação é um fator determinante para o não recebimento do prêmio no ano de 2016.

3.1.4 Resultado Usiminas

A Usiminas é uma empresa que trabalha fortemente com a exportação do seu principal produto produzido, o aço. Em 2009 sofreu grande impacto em seu faturamento, devido a crise econômica mundial, que atingiu principalmente os países do hemisfério norte, mesmo assim, continuou sendo uma empresa de destaque no Brasil e foi ganhadora do Prêmio naquele ano.

Entre os anos de 2010 a 2014 a empresa apresentou uma grande melhora no resultado com exportação para mercados asiáticos. Nos demais anos apresentava quadro oscilante de melhorias e pioras em seu resultado, devido a diversos fatores como exemplo: supervalorização do real, a alta carga tributária do Brasil. E também apresentou quadro de melhoras entre 2011 a 2013 onde houve um aquecimento no mercado automobilístico brasileiro, por ser fornecedora de aço de grandes montadoras.

Com base nos relatórios apresentado pela administração da Usiminas, dar-se o entendimento que a empresa recebe grandes subsídios do governo, mesmo tendo que devolver impostos, e por ser uma empresa originalmente estatal ainda há grande influencia do governo. A empresa em seus 53 anos passou por diversas crises e continua líder nacional em aço planos e contém um dos maiores complexos siderúrgicos da América Latina.

Em 2015 o mercado mundial do aço teve crescimento moderado. No Brasil vivencia uma de

suas maiores crises econômica, que veio junto com uma crise política. Houve recuo na venda do aço devido a influência negativa do setor automotivo, na construção civil e na linha branca. Com estoques elevados não há sinais de recuperação iminente. Neste ano chegou a interromper temporariamente uma usina em Cubatão-SP.

No decorrer do ano, chegou a fechar mais uma unidade, esta localizada no estado de Minas Gerais. A Companhia estabeleceu como meta para o ano de 2016 gerar caixa e equivalente de caixa, para melhorar seus índices. A opinião dos auditores independente veio com um parágrafo de ênfase, onde destacam que esse plano de gerar caixa e equivalentes de caixa compromete a continuidade operacional da empresa, onde seja, pode vir a fechar suas portas.

Diante de todo o cenário apresentado, a empresa apresentou um faturamento acima dos R\$ 5 milhões, porém, verificando o resultado líquido, observamos que a empresa auferiu prejuízo no período. A Usiminas não foi ganhadora do prêmio no ano de 2016, visto que seu resultado em 2015 foi um dos menos favoráveis de sua história.

3.1.5 Resultado Gerdau

Em 2009, ano data inicial deste estudo, a Gerdau foi ganhadora, porém obteve um dos piores resultados de sua história. A Gerdau a líder no segmento de aços nas Américas, e no ano de 2008, os Estados Unidos enfrentou uma de suas maiores crises, o que refletiu no resultado da Gerdau. Por estar situada em um país emergente e ter um grande mercado com países emergente, a Gerdau conseguiu operar nesse ano com lucro líquido.

Entre os anos de 2010 a 2013, operou com seus melhores resultados, devido o crescente mercado nacional, e a recuperação da economia da América do Norte e da zona do Euro. Porém, iniciando em 2014, com seus maiores reflexos em 2015, o Brasil passa por uma crise que além de econômica também é política.

Apresentou em 2015 uma melhora no faturamento em relação a 2014, mas não aumentou seu volume de vendas, esse fator deu-se pela valorização da moeda americana, que distanciou-se muito do valor do real, ou seja, o lucro bruto apresentado só foi possível devido a alta do dólar. No Brasil, as montadoras era uma de seus grandes clientes, e neste setor houve diversas demissões em massa, devido a demanda por veículo automotivo no mercado ser maior que sua oferta de compra.

Com o recuo do mercado interno, apresentando um resultado inferior ao dos anos anteriores. Em 2015 também viu seu nome envolvido na 'operação zelotes', que investigou um dos maiores esquemas de sonegação de impostos do Brasil, em sua demonstração financeiro a Gerdau destaca

que em 115 anos de mercado cumpriu com primazia os padrões éticos. No relatório dos auditores independentes eles relatam que não há como emitir opinião sobre os efeitos dessa investigação. Acredita-se que devido esses acontecimentos foram determinantes para o não recebimento do prêmio ANEFAC no ano de 2016.

3.1.6 Resultado Vale

Assim como outras empresas deste grupo que tem um amplo mercado internacional, a Vale no ano de 2009 teve uma queda em seu faturamento devido a crise econômica dos países desenvolvidos. Em 2010 apresentou o melhor faturamento de sua história, ano em que ocorreu sua melhor geração de caixa e que passou a ser a maior exportadora brasileira.

Nos anos seguintes a Vale melhorava cada vez mais o seu resultado, mas a Vale viu o grau de competição com outras mineradoras aumentar no ano de 2012, em que o cenário mundial não dava a instabilidade necessária para projetar e arriscar novos investimentos. Em 2014 a empresa apresentou Prejuízo Líquido, devido ao esfriamento do mercado.

No ano de 2015, a Vale apresentou um Prejuízo Líquido de R\$44,2 bilhões, isso ocorreu pela queda de preço de suas commodities e principalmente pela redução do valor recuperável do ativo. Ao final do ano de 2015, foi marcado pela tragédia da Samarco, em que teve ruptura da barragem de rejeitos na cidade de Mariana/MG atingindo os estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

O prêmio ANEFAC não leva em consideração fatores externos como a ruptura da barreira de rejeitos da Samarco e sim a qualidade da apresentação das demonstrações financeiras. A vale apresentou também um parecer dos auditores limpos e sem parágrafos de outros assuntos ou ênfase. No ano em que ela apresentou um faturamento de R\$86 bilhões, mais uma vez foi ganhadora do troféu ANEFAC.

4. DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

O ano de 2015 foi marcado por um cenário de instabilidade econômica e política. Apesar de no ano de 2014 com as eleições já alinhando para um cenário desfavorável, as empresas não estavam preparadas para este momento de crise. As empresas relacionadas neste estudo são

totalmente dependentes de fatores naturais e climático, um agravante que influencia diretamente em seus resultados.

Em 2014/2015 a região sudeste, mais populosa do Brasil passou pela pior crise hídrica dos últimos anos, e essa crise afetou diretamente três empresas elencadas nesse estudo: Sabesp, Eletropaulo e Cemig. No ano de 2015, com o cenário instável do governo, vimos nos noticiários empresas brasileiras serem alvo de investigações por fraudes e sonegações, impactando negativamente na imagem da empresa fazendo com que suas ações obtivessem queda nas bolsas de valores, observamos que a Gerdau foi mencionada na 'operação zelotes' que investiga sobre sonegação fiscal.

Ao final do ano, houve a ruptura da barragem de rejeitos da Samarco, empresa da Vale S/A, que deixou um mar de lama por onde passava, até os dias atuais ainda não foram recuperados os rios que foram atingidos por esses dejetos. Foi também um ano péssimo para o cenário automobilístico do país, com a crescente queda nas vendas de automóveis, com as montadoras tendo seu estoque inflado, diminuindo a demanda do aço, produto vendido pela Usiminas.

Conforme a hipótese deste estudo as catástrofes ambientais impactaram no resultado, principalmente das distribuidoras de energia Eletropaulo e Cemig. Ambas apresentaram um aumento considerável em seu faturamento devido o governo ter determinado a bandeira vermelha e operaram assim boa parte de ano de 2015. A bandeira vermelha é acionada quando as hidroelétricas não produzem energia suficiente, deste modo as empresas de energia tem que ligar as usinas termoeletricas que tem um custo elevado, devido a queimação de combustíveis fósseis para operar, o custo para manter essas usinas influenciou em seu resultado.

Ganhou-se grande visibilidade as operações de combate a corrupção, causando imagem extremamente negativas para as empresas, causando conservadorismo aos investidores perante essas empresas. Além do mercado nacional ter queda acentuada do consumo, ter seu nome envolvido na 'operação zelotes', acarretou da Gerdau ter queda em seu faturamento.

Outra hipótese deste estudo é que essas empresas precisam de subsídios do governo para manter-se, conforme o resultado apresentado pela Usiminas observamos a veracidade da hipótese. Com a falta de demanda para compra de seus produtos, tomaram como medida fechamento de algumas unidades, um fato gerador de grandes demissões. Apesar disso, no setor indústria, quem apresentou os melhores resultados no PIB de 2015 foram as indústrias de minérios, na qual fazem parte a Usiminas, Gerdau e Vale.

Em 2016 apenas a Sabesp e a Vale foram ganhadoras do Troféu Transparência da ANEFAC. A Sabesp apresenta uma estrutura consolidada, resultado conquistado por longos anos, mesmo tendo vivenciado uma das maiores secas no verão 2014/2015, soube manter seu administrativo alinhado, realizando planos de ações efetivos, que teve ajuda da população para superar a crise. Outra ganhadora foi a Vale, que apesar do episódio da Samarco, se consolidou como a maior exportadora do país, e maior empresa de logística; continua sendo o melhor exemplo de privatização de uma estatal.

A equipe julgadora do Troféu Transparência da ANEFAC não leva em consideração fatores como a crise política, econômica e hídrica, mas concluiu com este estudo que esses fatores foram determinantes para a Eletropaulo, Cemig, Usiminas e Gerdau não ganhasse o prêmio este ano, visto que alguns planos de ações foram até apontados como risco de continuidade operacional da empresa. As não vencedoras em 2016 continuaram apresentando faturamento acima de R\$ 5 bilhões, mas suas demonstrações financeiras não obtiveram a clareza necessária para recebimento do prêmio.

No ano de 2016 o cenário econômica apresentou uma melhoria, e recomendamos para futuro estudos observar o comportamento dessas companhias após as crises de 2015, objetivando verificar se esses resultados desfavoráveis foram apenas reflexos momentâneos ou se persistirá pelos próximos anos.

5. REFERENCIAS

ADVFN BRASIL – PIB Brasil 2015. Disponível em <<http://br.advfn.com/indicadores/pib/brasil/2015>> Acesso em 23 dez. 2016.

ALMEIDA, Marcelo Calvalcante. **Curso de Contabilidade Introdutória em IFRS e CPC: atende à programação o 1º ano dos Cursos de Ciências Contábeis, Administração de empresas e Economia**. 1 – ed. – São Paulo, Atlas, 2014.

ALMEIDA, Marcelo Calvalcante. **Curso de contabilidade intermediária em IFRS e CPC: atende à programação o 2º ano dos cursos de ciências contábeis, administração de empresas e economia**. 1 – ed. – São Paulo, Atlas, 2014.

AMORIM, Ricardo. **Desemprego e Manipulações**. Disponível em: <http://istoe.com.br/367223_DESEMPREGO+E+MANIPULACOES/> Acesso em 15 dez. 2016.

BARRETO, Renata. **O Desemprego no Brasil é Muito Maior do Que Você Imagina**. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/blogs/economia-e-politica/economia-com-renata-barreto/post/4910043/desemprego-brasil-muito-maior-que-voce-imagina>> Acesso em 28 dez. 2016.

BEUREN, Ilse Maria, et al; **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 2º ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. Lei 6.404/ 76 “**Dispõe sobre as sociedades por ações**”. Vade Mecum 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL. Lei 11.648/07 “**Altera e revoga dispositivos da Lei n. 6.404/76, de 16 de dezembro de 1976, e da Lei n. 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende as sociedades de grande porte disposições relativas a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras**”. Vade Mecum 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL ECONÔMICO – **Renda do Trabalhador Teve Redução de 5% em 2015, diz pesquisa da PNAD**. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/2016-11-25/rendimento-do-trabalhador.html>> Acesso em 09 jan.2017.

BRONDANI, Gilberto; et al. **A demonstração do valor adicionado: um estudo de caso de uma cooperativa de estudantes**. In: VIII Simpósio de excelência em gestão e tecnologia. Resende, 2011. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos11/32014458.pdf>> Acesso em 17 nov. 2016.

CEMIG – **Nossa História**. Disponível em: <https://www.cemig.com.br/pt-br/a_cemig/paginas/historia.aspx> Acesso em 03 dez. 2016.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, Pronunciamento conceitual básico CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, Pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração do fluxo de caixa.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, Pronunciamento técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SABESP 2009-2015. Disponível em <<http://www.sabesp.com.br/CalandraWeb/CalandraRedirect/?temp=4&proj=investidoresnovo&pub=T&docid=BD73C2C77F33B20283257E4300729028&docidPai=AB82F8DBCD12AE488325768C0052105E&pai=filho0>> Acesso em nov. 2016 a jan 2017.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Eletropaulo 2009-2015. Disponível em <<http://ri.aeseletropaulo.com.br/>> Acesso em nov. 2016 a jan 2017.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS USIMINAS 2009-2015. Disponível em <<http://ri.usiminas.com/ptb/assembleias-e-reunioes>> Acesso em nov. 2016 a jan 2017.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CEMIG 2009-2015. Disponível em <<http://ri.cemig.com.br/ptb/s-20-ptb.html>> Acesso em nov. 2016 a jan 2017.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS VALE 2009-2015. Disponível em <<http://www.vale.com/brasil/PT/investors/information-market/financial-statements/Paginas/default.aspx>> Acesso em nov. 2016 a jan 2017.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS GERDAU 2009-2015. Disponível em <<http://ri.gerdau.com/ptb/s-38-ptb.html?idioma=ptb>> Acesso em nov. 2016 a jan 2017.

DURSO, Samuel de Oliveira; MÁRIO, Poueri do Carmo. **Obrigatoriedade da Demonstração do Resultado Abrangente: Melhoria ou Excesso de Informação?** In: V congresso nacional de administração e ciências contábeis – Adcont. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://adcont.ppgcc.ufrj.br/index.php/adcont/adcont2014/paper/view/1457/361>> Acesso em 05 jan. 2017.

ELETROPAULO – **Nossa História.** Disponível em: <<https://www.aeseletropaulo.com.br/sobre-a-aes-eletropaulo/nossa-historia/conteudo/nossa-historia>> Acesso em 02 dez. 2016.

ESTADÃO – Dilma Rouseff: Cronologia de uma queda. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mIfamN2a0OI&t=249s>> Acesso em 17 jan. 2017.

EURONEWS – Ascensão e queda da Dilma Rouseff. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CUaq9Ze2q7Q>> Acesso em 17 jan. 2017.

FARIAS, Lidiane Fernandes de. **O reflexo das alterações da lei nº 6.404/76 nos índices econômico-financeiros das empresas.** Porto Alegre, 2010, 21 p. Trabalho de Diplomação do curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25732/000751622.pdf?...1>> Acesso em 06 jan. 2017.

FERREIRA, Gilmar Gonçalves; COLBANO, Fabiano Silvio. **Taxa de Juros Real de Equilíbrio para o Brasil.** Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/textos_discussao/downloads/td1.pdf> Acesso em 20 dez. 2016.

FILHO, Naercio Menezes. **Desemprego e Crise Social**. Disponível em: <<https://www.insper.edu.br/blogdocpp/artigo-desemprego-e-crise-social/>> Acesso em 15 dez. 2016.

GERDAU – Memória Gerdau. Disponível em: <<https://www.gerdau.com/pt/quem-somos/memoria-gerdau>> Acesso em 05 dez. 2016.

GIGANTES DO BRASIL – **Criada a Companhia Vale do Rio Doce**. Disponível em: <<http://seuhistory.com/microsite/gigantes-do-brasil/hoje-na-historia/criada-a-companhia-vale-do-rio-doce>> Acesso em 10 dez. 2016.

LEITE, Karla Vanessa Batista da Silva; ALMEIDA, Águida Cristina dos Santos. **Aspectos Políticos e Teóricos da Relação entre Taxa de Juros, Inflação e Déficit Público**. Disponível em: <http://www.akb.org.br/upload/140820121139322197_Vanessa%20Leite.pdf> Acesso em: 05 dez. 2016.

LISBOA, André Luiz Silva; *et al.* **Qual a Importância da Taxa de Juros na Economia Brasileira**. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2006/inic/inic/06/INIC000029.ok.pdf> Acesso em 20 dez. 2016.

MELO, Jefferson Ricardo do Amaral. **Demonstrações financeiras; uma análise sobre a demonstração do resultado abrangente**. Revista Científica Semana Acadêmica, ed.11, v. 01, Fortaleza, 2013. Disponível em: <<http://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigodra.pdf>> Acesso em 05 jan. 2015.

MENDONÇA, Helder Ferreira de. Mecanismo de transmissão Monetária e a Determinação da Taxa de Juros: Uma Aplicação da Regra de Taylor ao Caso Brasileiro. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/5020751_Mecanismos_de_transmissao_monetaria_e_a_determinacao_da_taxa_de_juros_Uma_aplicacao_da_regra_de_Taylor_ao_caso_brasileiro> Acesso em 20 dez. 2016.

MINISTÉRIO DA FAZENDA – **Resultado do PIB em 2015**. Disponível em <<http://www.fazenda.gov.br/noticias/2016/marco/resultado-do-pib-de-2015>> Acesso em 23 dez. 2016.

MUNHOZ, Vanessa da Costa Val; Borges, Erick Andrade Lemos. **Controle de Capitais na Economia Brasileira: Uma Análise do IOF Como Medida de Restrição dos Influxos Financeiros**. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb/encontros/2010/27.pdf>> Acesso em 10 dez. 2016.

NEXO JORNAL – Trajetória de Dilma: da Reeleição ao Impeachment. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3VRpVb33HQ8>> Acesso em 17 jan. 2017.

PEREIRA, João Basílio; JOBOJI, Alexandre Hideki Maeda; VALÉRIO, Ana Luiza Clemente de Abreu. **Controles de Capitais São Necessários?** Revista Economia e Tecnologia, ed 1, v.06, Curitiba, 2010. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27020>> Acesso em 10 dez. 2016.

POCHMANN, Marcio. **Ajuste Econômico e Desemprego Recente no Brasil Metropolitano**. Revista Estudos Avançados, ed 85, v.29, 2015, São Paulo. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/108919>> Acesso em 28 dez. 2016.

RIBEIRO, Alessandra C. A., TELES, Vladimir Kuhl. **A taxa Natural de Juros no Brasil**. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7892/TD+276+-+Vladimir+Kuhl+Teles.pdf;jsessionid=F02C4F20BFE0E4E934F1D704612B7FE3?sequence=1>> Acesso em 20 dez. 2016.

RIBEIRO, Viviane Moraes. **A Inflação e Seus Efeitos na Renda da População**. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-inflacao-e-seus-efeitos-na-renda-da-populacao/95969/>> Acesso em: 05 dez. 2016.

SABINO, Ludymilla Andressa Mendonça; CUNHA, Norival Carvalho. **Remuneração e Salário Numa Abordagem Administrativa**. Disponível em: <<http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/getec/article/view/785/559>> Acesso em 09 jan. 2017.

SABESP – Mémórias SABESP. Disponível em: <http://memoriasabesp.sabesp.com.br/memoria_sabesp/memoria_sabesp.asp> Acesso em 01 dez. 2016.

SIMAN, Sammer; TONIN, Vitor Hugo. **A Inflação na Atual Crise Brasileira: Desvendando Mitos**. Disponível em: <<http://www.sindipublicos.com.br/artigo-a-inflacao-na-atual-crise-brasileira-desvendando-mitos/>> Acesso em: 05 dez. 2016.

SOARES, Carlos Fernando Xavier; CAVALCANTI, Patrícia Cristiane Fernandes Siqueira. **O PIB e Seus Determinantes: Uma Análise Econométrica Para o Brasil**. Disponível em: <<http://www.ccsa.unimontes.br/semanadoeconomista/images/arquivos/trabalho2014/O%20PIB%20e%20seus%20determinantes.pdf>> Acesso em 02 jan. 2017.

USIMINAS – Quem Somos. Disponível em: < <http://www.usiminas.com/quem-somos/institucional/a-usiminas/>> Acesso em 04 dez. 2016.

VALE – Nossa História. Disponível em: < <http://www.vale.com/brasil/pt/aboutvale/book-our-history/paginas/default.aspx>> Acesso em 07 dez. 2016.

VALOR ECONÔMICO – **Renda do Trabalhador em 2015 Tem a Primeira Queda Desde 2004**. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/4414292/renda-do-trabalhador-em-2015-tem-primeira-queda-desde-2004>> Acesso em 09 jan. 2017.